



## DIREITO À MORADIA E TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NA POLÍTICA HABITACIONAL EM BELÉM/PA

*Right to housing and social technical work in housing policy in Belém/Pa*

### **Roselene de Souza Portela**

Universidade Federal do Pará

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6438556520914699> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3339-3528>

E-mail: [roselene@ufpa.br](mailto:roselene@ufpa.br)

### **Alyne Lima da Silva**

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1728631073518091> ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0388-7294>

E-mail: [alyneufpa@gmail.com](mailto:alyneufpa@gmail.com)

### **Ethiene da Purificação dos Anjos Santos**

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4828043964482976> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8495-1270>

E-mail: [ethiene.epas@gmail.com](mailto:ethiene.epas@gmail.com)

Trabalho enviado em 16 de setembro de 2025 e aceito em 18 de dezembro de 2025



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 17, N.04., 2025, p. 234-264

Roselene de Souza Portela, Alyne Lima da Silva e Ethiene da P. dos Anjos Santos

DOI: [10.12957/rdc.2025.94173](https://doi.org/10.12957/rdc.2025.94173) | ISSN 2317-7721

## RESUMO

O artigo analisa as possibilidades e desafios da atuação profissional do assistente social na política habitacional, uma vez que este profissional é necessário para a elaboração de projetos técnicos com o foco no âmbito social, planejamento, execução e avaliação dos programas e projetos sociais que visam a reconfiguração urbana e o direito à moradia. Para tanto, utilizou-se o método dialético. Os procedimentos metodológicos foram pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação direta e pesquisa de campo, com a realização de entrevistas semiestruturadas com técnicos que atuam nos programas/projetos habitacionais executados pela Secretaria Municipal de Habitação de Belém-Pa. Como resultado, destaca-se que o exercício profissional neste campo vem sofrendo constantes impactos desencadeados pelas transformações no mundo do trabalho, dentre tais efeitos, e que dificultam a intervenção profissional, estão: equipe reduzida, o excesso de trabalho por conta da grande demanda que chega até a Secretaria, precarização das condições de trabalho e a dificuldade de garantir o mínimo da política de habitação de interesse social a nível local e o direito à cidade. Conclui-se que é necessário debater junto à categoria fatores de enfrentamento/resistência aos desafios postos à profissão, assim como discutir a primordialidade do papel do assistente social no desenvolvimento do trabalho técnico social.

**Palavras-Chave:** Direito à moradia; Serviço Social; atuação profissional; SEHAB-PA; região amazônica.

## ABSTRACT

This article analyzes the possibilities and challenges of social work in housing policy, as these professionals are essential for developing technical projects focused on the social sphere, planning, implementing, and evaluating social programs and projects aimed at urban reconfiguration and the right to housing. To this end, the dialectical method was used. The methodological procedures consisted of bibliographical research, documentary research, direct observation, and field research, including semi-structured interviews with technicians working on housing programs/projects implemented by the Municipal Housing Department of Belém, Pará. The study highlights that professional practice in this field has been constantly impacted by transformations in the world of work. Among these effects, which hinder professional intervention, are reduced staff, excessive workload due to the high demand placed on the Department, precarious working conditions, and the difficulty of ensuring the minimum requirements of social housing policy at the local level and the right to the city. It is concluded that it is necessary to debate, together with the category, factors of confrontation/resistance to the challenges posed to the profession, as well as to discuss the primordial role of the social worker in the development of technical social work.

**Keywords:** Right to housing; Social Service; professional performance; SEHAB-PA; amazon region.

## 1. INTRODUÇÃO

A forma mais elementar de desenvolvimento das cidades é através de grandes projetos urbanísticos, que são implementados com o discurso de “embelezar a cidade”, de “trazer melhorias para



a população mais carente”, de “desenvolver a economia da população local” entre outros. Em contrapartida, há anseios da parte dos trabalhadores por direitos de uma moradia digna, segura, com esgoto sanitário, água encanada. Direito de continuarem onde estão, porém com melhores condições de habitabilidade e dignidade.

De maneira geral, todos os autores que se ocupam em estudar a Política Habitacional, a reprodução do espaço, direito à cidade e a questão da moradia, são urgentes em discorrer sobre a precisão de se conhecer antes a trajetória histórica no contexto de sociedade capitalista. Portela (2011) chama a atenção para a necessária análise de um contexto que compreenda as características de condição imperativa para a reprodução do capital e dos grupos sociais, e também do modo de vida da população, que vai muito além do que a relação econômica, ele engloba vários outros aspectos da esfera de vida humana.

A exemplo, destaca-se a região amazônica que passou (e passa) por processos de exploração social, os quais consolidaram o seu espaço e estruturaram cidades com características muito peculiares, nas quais o homem criou vínculos fortes de sobrevivência com a natureza. Como boa parte das cidades amazônicas são envoltas de águas, em muitos locais as moradias foram erguidas em palafitas, a mobilidade ocorre por vias aquáticas, além das formas “tradicionais” de locomoção. Essas e outras particularidades caracterizam a cidade de Belém, no Estado do Pará, que tem sofrido processos muito intensos acerca da luta pela moradia.

Percebe-se que a moradia, enquanto um direito do cidadão e dever do Estado, é uma questão social que vem se agravando, uma vez que não é garantida, perpetuando a lógica neoliberal em que a moradia é compreendida como uma mercadoria de alto valor, a qual só tem acesso as pessoas com maior poder aquisitivo, ou, para as pessoas que possuem baixa renda, são elaboradas políticas que visam combater essa desigualdade social. Entretanto, o Estado acaba investindo em projetos que objetivam a intervenção no espaço urbano, mas que atendem as relações de consumo e de mercado.

Sendo assim, a política habitacional é compreendida como uma estratégia de mediação entre as demandas da sociedade e a intervenção do Estado, observando a sua inserção num contexto social determinado, as divergências e as contradições presentes na sua formulação e execução. Nesta perspectiva, a moradia, apesar de ser uma necessidade básica à reprodução da força de trabalho, está vinculada às determinações conjunturais, estruturais e à contradição entre capital e trabalho.

É importante enfatizar que o espaço capitalista é um âmbito marcado por conflitos entre classes antagônicas. Esse embate histórico, alimentado pela concentração de capital, desencadeou múltiplas expressões da questão social, dentre elas: a desigualdade social e a pobreza, que são elementos resultantes da violação dos direitos mínimos do cidadão.



Ligado a tal cenário de negação de direitos, de divergência ideológica e de agravamento dos problemas sociais, que se pretende apontar a relação capital versus trabalho e suas implicações no espaço urbano. Logo, a desordem espacial sustentada por pequenas condições de infraestrutura no quesito habitabilidade da população foram justificativas fundamentais para elaboração de políticas públicas para a zona urbana.

Desse modo, a produção habitacional é um campo de disputa de diferentes interesses presentes nas cidades. O trabalho técnico social, como um componente estrutural das intervenções habitacionais, tem sido cada vez mais discutido e analisado no processo de implementação dos diferentes programas de habitação. Os princípios que norteiam o trabalho técnico social nas políticas habitacionais de interesse social devem afirmar o direito à cidade, à moradia digna e a organização e participação da população em todos os momentos do processo construtivo e no controle democrático dessa política, contribuindo com a autonomia política da população, fortalecimento dos movimentos populares e emancipação humana.

No âmbito da política habitacional, o exercício profissional do assistente social se caracteriza como trabalho técnico social. De acordo com Gonçalves *et al.* (2007, p. 1), “o Trabalho Social envolve ações organizadas a partir dos eixos de informação, mobilização e organização comunitária, preservação do meio ambiente e patrimônio. O assistente social é um dos técnicos habilitados para a sua operacionalização”.

O assistente social, profissional que intervém na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previstos em políticas e programas, atua junto a questões que dizem respeito à sobrevivência social e material da classe trabalhadora. Na prática profissional, o agir do assistente social contribui para a instalação de processos que instigam a mobilização, a sensibilização e estimulam a participação e o controle social sobre as ações públicas, apoia e favorece a instituição de formas organizativas da população, assentada essa prática na busca do acesso à habitação e o atendimento aos seus direitos como cidadão.

Assim, partindo do pressuposto de que todos têm o direito à cidade e, sendo a cidade uma mercadoria, o trabalho do assistente social na Política Habitacional é garantir meios de prover moradia digna à população. Portanto, relacionado à idealização de políticas urbanas, este estudo justificou-se pela necessidade de refletir criticamente a ocorrência do processo de trabalho do assistente social na política habitacional, especificamente da percepção do profissional sobre sua intervenção e sobre a situação da referida política.

Dentro desse contexto, o estudo centrou-se na análise do trabalho técnico social desenvolvido junto aos programas de construção e/ou melhoria habitacional executados pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), os quais tem por base os eixos de educação sociopolítica, informação, mobilização e

organização comunitária, e geração de trabalho e renda. Além disso, a SEHAB foi considerada como um campo que permitiu a visualização do desenvolvimento da Política Habitacional do município de Belém/Pa e os desdobramentos do trabalho técnico do assistente social.

É importante ressaltar que o presente estudo é baseado nos resultados do projeto de pesquisa “Política habitacional de interesse social e trabalho social em Belém/Pa” e tem como objetivo analisar as possibilidades e desafios da atuação profissional do assistente social na política habitacional, haja vista que este possui a competência técnica de executar as políticas sociais que são demandadas pelo Estado; seu trabalho está relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais e operacionalização destas políticas, dentre elas a de habitação.

Além disso, optou-se por tal discussão porque se pretendeu investigar e compreender as atribuições, competências, os princípios e os elementos do trabalho técnico social na Política Habitacional de Interesse Social executado na Região Metropolitana de Belém e como (ou se ele) vem sendo inserido na política.

Dessa forma, levantaram-se os seguintes questionamentos: Qual a concepção do assistente social sobre trabalho técnico social? O trabalho técnico social atinge sua finalidade? Quais os principais requisitos solicitados ao assistente social na SEHAB? Quais os limites e potencialidades de sua prática? Que instrumentais e técnicas utilizam em sua mediação? Diante dos impasses do Governo, os assistentes sociais conseguem articular estratégias?

Para tanto, foi com a intenção de interpretar de forma analítica os fatos históricos, que se utilizou o método dialético, uma vez que se acredita na possibilidade de compreender o trabalho do assistente social na Secretaria Municipal de Habitação a partir de um olhar crítico. Segundo Konder (1981, p. 7), a dialética pode ser entendida como “o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade essencialmente contraditória e em permanente transformação”.

O processo metodológico utilizado teve como base a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica foi feita a partir de estudos com autores que trabalham os conceitos e as categorias como: espaço urbano, urbanização, uso do solo, valor de uso e valor de troca, moradia, Estado, cidades capitalistas, trabalho, processo de trabalho, trabalho técnico social, Política Habitacional de Interesse Social; e análise dos conteúdos de materiais já elaborados sobre a temática, com base em artigos científicos, dissertações e teses.

Na pesquisa documental foi realizado levantamento documental, leituras e análises dos seguintes documentos: Regimento Interno da SEHAB; Planos Locais de Habitação de Interesse Social; Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Belém; Projeto de Trabalho Técnico Social; Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado do Pará; Relatórios de Desenvolvimento da Política

Habitacional do município de Belém/Pa e Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social. O levantamento de dados e informações sobre o referido tema de análise teve a finalidade de se aproximar do objeto, a partir disso, realizou-se fichamentos de textos, livros, artigos e teses, afinadas a tal temática.

A pesquisa de campo se deu com a realização de entrevistas semiestruturadas com três (03) dos técnicos que compõem a equipe do Departamento Social (DESO) da SEHAB. Foram selecionados para a pesquisa apenas os técnicos da área do Serviço Social. E, para preservar o anonimato dos entrevistados, foi adotada a seguinte nomenclatura: A.S 01, A.S 02 e A.S 03.

Também, foram utilizados dados coletados do diário de campo a partir do arcabouço teórico e análise da realidade; e observação direta da realidade no espaço sócio ocupacional, por meio do acompanhamento dos assistentes sociais nas diversas atividades realizadas dentro e fora de Secretaria.

No que se refere às entrevistas semiestruturadas realizadas, os dados foram tabulados, analisados e interpretados para compreender a percepção do profissional de Serviço Social de modo individual acerca da política habitacional no município de Belém/Pa e sua relação com a função social da terra. Frisa-se que, para a realização das entrevistas, foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Nesse sentido, os resultados desta pesquisa estão organizados a partir dos tópicos descritos a seguir: Introdução, que faz uma apresentação do trabalho; o primeiro tópico que discorre sobre a política habitacional no contexto amazônico; em seguida, analisa-se o Serviço Social enquanto trabalho técnico social dentro da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), colocando em evidência os dilemas para a atuação do assistente social; e, por fim, as considerações finais que sintetizam as reflexões do artigo.

## 2. POLÍTICA HABITACIONAL NO CONTEXTO AMAZÔNICO

A construção do espaço urbano na Amazônia teve como elemento significativo, desde o período colonial, as determinações das políticas nacionais e internacionais. O processo de urbanização foi consequência de formas específicas do desenvolvimento do capitalismo para essa região. Essa forma se evidenciou nas relações econômicas estabelecidas para apropriação das riquezas naturais.

Na Amazônia, cujo símbolo maior é a floresta tropical, região com características geográficas, climáticas e ambientais peculiares, as políticas de desenvolvimento têm provocado substanciais transformações na vida econômica, social e cultural de seus habitantes, com a utilização da ciência e tecnologia para modernizar e incorporar economicamente os recursos naturais hidrográficos e da floresta tropical ao mundo globalizado.

Em maior ou menor grau, o processo recente de desenvolvimento é resultante da ação ou omissão da elite regional – governantes, políticos, fazendeiros, empresários e intelectuais amazônicos –



que, diretamente e/ou associada a interesses externos, tem ajudado a promover a modernização na região, a partir de objetivos estritamente econômicos e localizados, o que tem contribuído para o crescimento dos problemas sociais e da degradação ambiental.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o avanço do capitalismo na região amazônica conduziu a uma transformação não apenas na estrutura fundiária, mas, também, no aspecto social, levando o camponês a disputar desigualmente com empresas nacionais e estrangeiras as terras que ocupa.

Diferentes agentes, ligados tanto ao setor estatal quanto ao capital nacional e internacional, [...] têm produzido ao longo do desenvolvimento da região, as condições necessárias ao processo de acumulação e expansão capitalista ao mesmo tempo em que geram pobreza e desigualdades sociais. Os benefícios do propalado progresso, que justificam as iniciativas desses agentes, não são apropriados pela grande maioria dos habitantes, estabelecendo profundos contrastes sociais que se refletem na cidade de Belém, seu principal centro urbano (Souza, 1992, p. 58).

O papel do Estado, nesse contexto, aparece de suma importância, já que facilitou e reforçou a penetração do capital nacional e internacional na região, transformando-a num cenário que combina modernização e exclusão social, cujos princípios norteadores eram o patrimonialismo e o clientelismo.

Mediante esse contexto, analisar-se-á a cidade de Belém/Pa como um espaço de inter-relações urbanas, portanto, tendo como fundamento as contradições sociais (derivadas das relações sociais conflituosas, relações de classe) e pressupondo o papel fundamental da *práxis* – das práticas urbanas.

O município de Belém está situado no estado do Pará, região Norte do Brasil, e é conhecido nacionalmente como metrópole regional da Amazônia, possuindo área terrestre equivalente a 505,3 km<sup>2</sup>, sendo que, deste total, 33,36% (173,78 km<sup>2</sup>) é atribuída à parte continental e 65,64% (332,057 km<sup>2</sup>) que equivale à parte insular, que integra cerca de 39 ilhas (BELÉM, 2003, p. 8).

Ao analisar a cidade de Belém/Pa, constata-se que seu relevo é baixo e que considerável parcela da extensão territorial está localizada em zonas denominadas de baixadas, ou seja, por “várzeas e igapós das bacias hidrográficas que recortam a cidade, determinando, assim, no seu interior, a existência de diversas faixas de terras abaixo da cota de 04 metros, que recebem as influências do rio e do oceano” (Portela, 2011, p. 165).

O espaço urbano de Belém foi erguido sobre fontes hídricas orientadas à ocidental, pelas Baias do Guajará e, à meridional, pelo Rio Guamá, onde na maioria são áreas de igapó e de várzea, nas quais a ocupação nem sempre se fez de maneira correta com terraplenagem e drenagem adequada [...] Essa configuração geográfica de Belém se constituiu num grande impedimento à expansão urbana da cidade, porém, aos poucos, essas áreas foram sendo ocupadas pelas camadas populares, e também pelo capital imobiliário, estimulados pelo Estado através de programas de renovação urbana (BELÉM, 2007, p. 2).

Geralmente, as baixadas e localidades próximas estão expostas a situações de alagamentos/inundações, de acordo com Trindade Junior (apud Portela, 2011, p. 145), estas áreas são caracterizadas

[...] pelas condições socioeconômicas de seus habitantes e são configuradas pela precariedade de moradia e dos equipamentos coletivos [...] A população dessas áreas caracteriza-se pela falta de qualificação profissional e baixo nível socioeconômico, enfrentando, conseqüentemente, sérios problemas de empregos e subempregos, crescendo-se a isso grande número de elementos que compõem os grupos familiares residindo em reduzidos cômodos habitáveis, sem condições de higiene e conforto, refletindo-se essa situação na saúde da comunidade.

A autora Santana (2013) relata que o processo de ocupações de terras na Região Metropolitana de Belém (RMB) foi motivado por problemas de moradia, com as ocupações concentrando-se, primordialmente, na Rodovia Augusto Montenegro e na BR-316. Nessas áreas ocupadas, verificou-se uma forte “segregação social e a espoliação urbana, devido à baixa qualidade de equipamentos coletivos (água, esgoto, pavimentação, transporte etc.), além de serem distantes dos centros urbanos” (Silva, 2014, p. 12).

[...] a segregação do espaço urbano é determinada, em última instância, pela divisão monopolista do trabalho, deve-se concluir que há uma hierarquização dessas três formas de segregação em função de seu vínculo mais ou menos direto com a contradição social, que se tornou principal, entre o uso monopolista e o uso não monopolista do solo (Lojkine, 1997, p. 189).

Nos estudos de Corrêa (1989), a segregação serve para dois papéis importantes: 1) manutenção dos privilégios da classe dominante; e, 2) meio de domínio social por esta mesma classe. E, é em torno deste panorama que as relações sociais de produção irão desenvolver-se, utilizando o controle pela classe dominante como mecanismo necessário para manter papéis específicos dentro da divisão social do trabalho.

Segundo Belém (2007), a estrutura urbana da cidade de Belém/Pa reproduz a mesma realidade das grandes cidades brasileiras, nas quais o fenômeno da segregação social aprofunda cada vez mais a situação de desigualdade e precarização da vida social de frações das classes trabalhadoras que se reproduzem no interior de suas áreas periféricas.

Em Belém, os estratos sociais de renda mais elevada encontram-se nos bairros do Comércio, do Reduto, de Nazaré e de Batista Campos, bem como partes expressivas dos bairros da Cidade Velha, do Umarizal e do Marco. Os estratos considerados médios apresentam forte tendência locacional linearizada, situada ao longo da Avenida Augusto Montenegro, ficando o nível mais baixo do gradiente de renda posicionado, tanto nas baixadas e na periferia continental mais distante, incluindo-se os núcleos urbanos do Distrito de Icoaraci, das Ilhas de Outeiro, Mosqueiro e Cotijuba (PEMAS, 2001 *apud* BELÉM, 2007).

São 146.359 domicílios existentes nos 449 assentamentos precários, em Belém/Pa, os quais estão localizados em 48 bairros dos 71 existentes no município. Os bairros que apresentam maior número de assentamentos precários são Tapanã; Sacramento; Tenoné; Guamá; Paracuri; Parque Guajará; Icoaraci; Maracacuera; Marambaia; Barreiro; Pratinha; Coqueiro; Una; Condor; e Terra Firme. Nestes bairros, além de apresentarem problemas infraestruturais, como a falta de saneamento básico, há uma carência de serviços essenciais, como posto de saúde, escolas, entre outros, acarretando no aumento da segregação sócioespacial.

Sendo assim, as cidades brasileiras refletem os graves desajustes históricos e estruturais da nossa sociedade que estão diretamente vinculados às formas peculiares de sua formação. A desigualdade social nas cidades deve-se então: 1) a como se organizou a sociedade; e, 2) como a dinâmica de acumulação capitalista impõe um tipo de trabalho, um modo de vida, forma de cidade, e cria carências (como água, luz, esgoto, transporte, educação etc.).

As áreas periféricas, reflexos da segregação urbana, acabam sendo habitadas pela população de forma precária. Na verdade, essas famílias de baixa renda e sem muitas oportunidades, apropriam-se desse território, procurando melhores condições de vida e mais acesso aos equipamentos urbanos.

No entanto, e segundo Portela (2011, p. 19), “a ocupação irregular, a falta de uma infraestrutura sanitária e o descaso de sucessivas administrações municipais com a qualidade dos programas e projetos de políticas urbanas completavam o quadro de agravamento da miséria social e da degradação ambiental [...]”.

O fenômeno da ocupação e/ou o não acesso ao direito à moradia digna são processos advindos de um contexto que é marcado pelo direcionamento excludente e cumulativo do capital que, de acordo com seus princípios, acaba por acarretar pertinentes problemas no âmbito social.

A valorização do direito à moradia é de suma importância para a resolução do caos urbano. Deve ser alcançada a compreensão de que a redução do déficit habitacional é um dos caminhos para a efetivação da função social da cidade, tornando-a um lugar onde todos possam viver de forma digna.

Desse modo, é na perspectiva de promover a política pública municipal de habitação que surge a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), a qual realiza ações com o intuito de viabilizar o acesso ao direito da habitabilidade e redução do déficit habitacional no município de Belém.

A SEHAB foi criada em 1998, por meio da Lei Ordinária nº 7.865, de 05 de janeiro de 1998, e foi concebida enquanto um espaço institucional ligado à Prefeitura Municipal de Belém, tendo como principais objetivos: o planejamento, a coordenação, a execução, o controle e avaliação da política habitacional, e é por meio destas ações que a SEHAB visa assegurar os direitos sociais relacionados ao âmbito da política habitacional em Belém.



Em 2004, foi aprovado o regimento interno da SEHAB, que a instituiu na condição de órgão de administração direta do município. Diante de sua efetivação, foram estabelecidos as competências e os deveres que determinaram à Secretaria a responsabilidade pela ordem em seu interior, englobando suas repartições e atividades externas ao âmbito institucional.

A Política Habitacional de Interesse Social, ao fazer recomendações ao acesso à moradia digna, propõe a ampliação da produção habitacional que priorize o acesso às terras urbanizadas pela população de baixa renda. No entanto, a contradição existente na garantia desse direito perpassa a criação de um sistema que contemple as diversas demandas e necessidades que existem no país, revelando um alto nível de complexidade na “questão social” referente a habitação, especialmente na região amazônica, onde encontra-se as relações sociais em um contexto muito particular.

Para falar de moradia deve-se levar em consideração além do espaço físico, a questão cultural e o fator social que ela deveria representar na vida do ser humano. Fatores esses que, geralmente, não são levados em consideração no planejamento e na elaboração do quadro de decisões de sua produção.

Faz-se necessário, então, a incorporação do sentido de habitação como um espaço mais humanizado dentro do debate de produção habitacional. Não somente como uma mercadoria (como vem sendo difundida), mas, sim, como um espaço acessível a que todos tenham direito, um lugar de (re)produção das relações, um lugar urbanizado, uma busca de construções sociais assentadas sobre o acesso à moradia.

A temática em torno da terra tem mostrado cada vez mais que o Estado está envolvido diretamente na relação de valorização imobiliária e na elevação da escassez de moradia. “A especulação imobiliária [...] pode prosperar até onde a terra é oficialmente de domínio público” (Davis, 2006, p. 95), conseqüentemente, problemas como remoção populacional são frequentes e em números exorbitantes, com o despejo de milhares de famílias dos centros urbanos (onde os conflitos emergem), tornando-as, nas palavras de Davis (2006), pobres urbanos nômades, visto que, sem a garantia de moradia, tendem a passar constantemente pelo processo de realocação.

A política pública de moradia não é somente a mera construção de unidades habitacionais. Entende-se que garantir o direito fundamental à moradia aos cidadãos é um processo que exige muito esforço, planejamento, recursos e compromisso de transformar a cidade em um espaço mais justo e que pertença a todos.

Todavia, o planejamento governamental não se materializa ou não se concebe de maneira independente das classes sociais que detêm o poder político. Logo, não se pode conceber a ação estatal (em particular a sua intervenção na economia) independente da massa de poder político (classe ou fração de classe) que detém a hegemonia na sociedade, sendo o Estado o centro de exercício do poder político.

É sabido que o Estado, por exemplo, tendência a resolver questões da classe burguesa, no entanto, também precisa se fazer presente na resolução de problemas populares (Lojkine, 1997). Contudo, são ações pontuais, majoritariamente de cunho eleitoreiro, então mantém a demanda sempre alta, usando esse artifício e a forma de solução sob controle em momentos específicos, o que aparece como ato de boa gestão em meio a um processo ideológico bem consolidado.

Uma forma de manter esse controle é o sucateamento das instituições governamentais com carência material e imaterial, dentre elas, destaca-se a precarização nas condições de trabalho, como: espaço físico limitado, mínimo de contingente profissional (principalmente do setor social) para uma proporção demasiadamente grande de usuários, achatamento salarial, o controle de cargos de concursos e chefias.

Entende-se que o sucateamento do aparelho estatal se torna a base de muitos problemas verificados na atuação profissional do assistente social, isso atrelado a uma formação profissional deficiente, o qual molda um profissional engessado, que não tem força política para reivindicar melhores condições de trabalho – pois o número restrito de profissionais e o fato de serem contratados – faz com que se intensifique o enfraquecimento da luta enquanto categoria. Resultando, assim, aos que permanecem nesse ambiente, uma ação tecnicista e de produção que se baseia em metas (cotas para cumprir).

Bonduki (1998), em seus estudos, relata uma afinidade existente entre o processo de formação das cidades brasileiras e a cultura política que foi implementada. Ele demonstra que a desigualdade social que predomina nas cidades é consequência das formas com que se organizou a sociedade e principalmente como o Estado brasileiro se construiu. As cidades moldaram-se no processo de exploração do trabalho pela burguesia, que sempre detiveram o controle do acesso e da dinâmica da terra, em um modelo marcado pelo patrimonialismo, no qual os interesses públicos confundem-se com os interesses privados.

Para esta reflexão é necessário pensar no espaço urbano e em sua complexidade, evidenciada nas metrópoles e seus aglomerados. De acordo com Silva (2014), a “distribuição” desigual do território materializa-se nas diferentes formas de habitação que revelam as divergências no processo de produção do espaço urbano e de suas desigualdades, onde a existência da propriedade privada do solo “significa a divisão e a parcelarização da cidade” (Carlos, 2001, p. 27) e, no bojo da sociedade capitalista, seu rebatimento propaga que “o acesso à habitação e aos meios de consumo coletivo serão desiguais e diferenciados segundo a camada social que se localizará e morará de modo diferenciado na cidade” (Silveira, 2003, p. 36-37).

A partir do momento que a classe trabalhadora não dispõe de recursos financeiros para usufruir de habitação digna, a questão da moradia torna-se uma das expressões da questão social – alimentada pela desigualdade, pela concentração/aglomeração nos espaços urbanos, pelas ocupações de locais insalubres desprovidos de condições básicas. A não conformação com a situação da habitação, e o enfrentamento/requerimento de condições dignas de moradia – foram justificativas relevantes para a elaboração/desenvolvimento das políticas habitacionais.

Desse modo, numa sociedade de classe como a capitalista, o processo produtivo desenvolve-se com base em profundas contradições, as quais produzem outros níveis de contradições como os que se verificam a nível político, econômico, social e ideológico. As incongruências econômicas, tanto nas relações burguesia-assalariado, como entre os grupos de empresário-empreiteiras do ramo imobiliário com fortes interesses de mercado, refletem-se nas políticas formuladas nos planos, programas e projetos de desenvolvimento, como na legislação que dele decorre ou que visa legitimar os mecanismos da produção de valor e da reprodução ampliada do capital no âmbito da formação econômica e social, onde o modo capitalista de produção predomina (Portela, 2011).

O caminho trilhado no período do Banco Nacional de Habitação (BNH) parece se repetir, na medida em que as políticas habitacionais vêm se materializando em forma de conjuntos habitacionais que estendem o tecido urbano sobre áreas rurais, produzindo o espaço urbano em uma escala mais ampla. Nessa escala, a localização dessas construções tem revelado, desde o surgimento do BNH, contradições e conflitos que se expressam na segmentação espacial das diferentes demandas, de modo que os agentes responsáveis pela produção dos conjuntos elegem localizações diferenciadas, de acordo com o poder aquisitivo dos grupos delimitados nas políticas (Portela, 2011).

De fato, a busca por terrenos mais baratos têm sido a tônica na produção habitacional para as faixas mais carentes. Nesse contexto, estas faixas são continuamente empurradas para áreas mais distantes dos setores de comércio e serviços, num cenário perverso que se repete ao longo das políticas habitacionais.

A produção do espaço urbano na escala local não se revelou apenas nas formas originais criadas no decorrer das políticas habitacionais, mas, também, nas dinâmicas internas dos conjuntos, a partir das modificações das unidades habitacionais padronizadas, na infraestrutura e na diversificação dos usos como a mudança para o exercício do comércio e de serviços.

Partindo disso, nota-se que na reflexão da temática em torno da terra tem mostrado que o Estado está envolvido na relação de valorização imobiliária e na elevação da escassez de moradia (Engels, 2015). A especulação imobiliária pode prosperar até onde a terra for, oficialmente, de domínio público.

Engels (2015) esclarece que, por mais que o discurso seja sempre eliminar o déficit habitacional, o Estado não quer e, mesmo se quisesse, não poderia suprir o problema da falta de moradia, pois esse problema não será resolvido sem o extermínio do modo de produção que se alimenta do acúmulo do capital através da exclusão social, da separação de classes.

O autor revela a relação existente entre a escassez de moradia e as relações de produção capitalista. E, esta escassez nada mais é do que um peculiar agravamento das más condições de moradias da classe trabalhadora em razão do amontoamento da população nas metrópoles; o aumento desenfreado do preço de aluguéis; aglomeração das casas particulares que recebem parentes advindos de outros municípios na esperança de buscar melhores condições de trabalho, de estudo etc.

Compreendendo isto é que se pode perceber porque a política executada nos assentamentos considerados subnormais tem sido, em todo trajeto histórico, uma política de seletividade e de exclusão, algumas vezes marcada por forte repressão, outras por benfeitoria. Ao longo das políticas habitacionais implementadas, notou-se a persistência na lógica de segmentação dos locais de moradia entre as diferentes faixas de renda a partir da Política Nacional de Habitação (PNH) (Silva, 2014).

A PNH previa a organização de um Sistema Nacional de Habitação (SNH) como um instrumento de organização dos agentes que atuam na área da habitação e como meio de reunir esforços dos governos e do mercado privado, objetivando planejar diretrizes de execução de programas e projetos que possibilitasse atender as demandas apontadas pelos diversos setores sociais, relacionada à moradia de interesse social em todas as esferas do governo (BRASIL, 2009).

Dentre os objetivos listados pela PNH, existe o de garantir linhas de financiamento e subsídio, no âmbito do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Dentre os agentes públicos do Sistema Nacional de Habitação, existe o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social que estabelece diretrizes e critérios de alocação dos recursos do FNHIS, uma das principais fontes de recurso do sistema (BRASIL, 2009).

O SNH se subdivide em dois para prover moradias em todos os segmentos sociais, que são: o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Sistema Nacional de Habitação do Mercado (SNHM), com fontes de recursos diferentes, as formas e condições de financiamento, bem como a distribuição dos subsídios é direcionada para o SNHIS (BRASIL, 2009).

Faz-se necessário, portanto, garantir a continuidade e a efetividade dos recursos dentro do Estado para atender as necessidades habitacionais específicas dos municípios, alcançando especialmente os trabalhadores que não conseguem acessar a mercadoria habitação, e/ou aqueles que acessam, porém, de maneira precária. Todavia, não apenas isso, mas, sobretudo, articular estratégias de garantias futuras e não apenas atender as necessidades urgentes.

Nesse sentido, é perceptível que a política habitacional brasileira apresentou “diferentes” formulações, experiências e concepções diversas até chegar ao atual modelo vigente, cujo marco foi a criação do Ministério das Cidades com a Lei nº 10.683, em 2003, que se constituiu como uma conquista inovadora no saber-fazer das políticas urbanas do país devido a mobilização e pressão nacional de movimentos pelo direito à cidade e, posteriormente, a sua criação iniciou o processo de reestruturação institucional da política habitacional no Brasil, agora no âmbito da política urbana (Cruz, 2012, p. 118).

O Ministério das Cidades expressou significativo avanço para a política habitacional, visto que conferiu à habitação um caráter de interesse social (com recorte a população de baixa renda). A moradia passa a ter visibilidade mais ampla do que apenas a construção física da casa, considerando-a como parte de um conjunto de serviços urbanos articulados com outras políticas públicas, possibilitando, dessa forma, o planejamento de ações continuadas. Assim, o Ministério prosseguiu com algumas ações que já vinham sendo realizadas por outros ministérios (BRASIL, 2009).

Faz parte das atribuições deste órgão federal: formular as diretrizes que regem a política urbana nacional, bem como as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, mobilidade, transporte e trânsito. Compete também a função de gestor da aplicação e distribuição dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Orçamento Geral da União (OGU).

Assim, desde o BNH até o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) tem-se nada menos que seis décadas de políticas habitacionais, que foram materializadas na edificação de uma série de conjuntos habitacionais, construídos por vários agentes para diferentes demandas. Estes conjuntos estão situados, sobretudo, nos aglomerados metropolitanos e vêm assumindo destaque na produção do espaço urbano, de tal modo que as políticas habitacionais, localizações, formatos, papéis, usos e mudanças de vida que se expressam neles, instituem importantes indicadores para análise, visto que todos estão inseridos em uma perspectiva de desenvolvimento econômico com inclusão social.

Diante de tantas políticas inseridas no contexto de inclusão social, é essencial o debate sobre o trabalho técnico social em habitação de interesse social, pois é um componente essencial da política habitacional e urbana. Consiste em um leque de ações democráticas, organizativas e educativas, incentivando a participação popular, que perpassam uma orientação ética e política (Raichelis, 2010).

O trabalho social na urbanização de assentamentos precários ou favelas é um conjunto de ações que visa promover a autonomia, o protagonismo social e o desenvolvimento da população beneficiária, de forma a favorecer a sustentabilidade do empreendimento, mediante a abordagem dos seguintes temas: mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda (BRASIL, 2009).

É mister compreender sua construção como processo inerente a constituição da vida cotidiana, e trabalhar na garantia de direitos basilares é tarefa árdua para o assistente social que, além do trabalho técnico social, precisa estar seguro de sua atuação teórico-política apoiado em uma postura ética.

Portanto, cabe analisar com mais profundidade a atuação dos técnicos sociais dentro da SEHAB, bem como as relações que são constituídas na Secretaria. A qual será realizada a partir de entrevistas realizadas com os técnicos sociais contratados e concursados da instituição.

### **3. TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NA HABITAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

A estruturação de uma política de desenvolvimento urbano no município de Belém/Pa tem sido um desafio, pois ao longo dos anos a questão habitacional foi concebida como um setor permeado por inúmeros problemas provenientes da desigualdade social, da concentração populacional, da segregação socioespacial, dentre outras demandas que dificultam a viabilização da política habitacional a nível nacional e local.

Tendo em vista realizar intervenções urbanísticas por meio de programas/projetos de cunho habitacional, que promova o processo de transformação social no cotidiano das cidades e na vida da população beneficiária, o Ministério das Cidades, em 2003, estabeleceu o trabalho técnico social como componente obrigatório nos programas habitacionais.

Partindo disso, entende-se o trabalho técnico social na habitação de interesse social faz-se necessário dentro da política urbana e habitacional, assegurando “a defesa dos direitos sociais, o acesso à cidade, à moradia, aos serviços públicos e o incentivo e fortalecimento da participação e organização autônoma da população” (BRASIL, 2010, p. 70).

Tal imprescindibilidade do trabalho técnico social decorre de sua funcionalidade na esfera da habitação, uma vez que deve desenvolver mecanismos que viabilizem o empoderamento, a participação e o controle dos sujeitos sociais no processo de planejamento, decisão e manutenção dos serviços – com o propósito de se executar um trabalho que atenda as reais necessidades dos usuários.

De acordo com Vasconcelos *et al.* (2014, p. 37), o Trabalho Social

[...] tem por objetivo proporcionar a execução de um conjunto de ações de caráter informativo e educativo junto aos beneficiários, que promova o exercício da participação cidadã, favoreça a organização da população e a gestão comunitária dos espaços comuns, na perspectiva de contribuir para o fortalecimento e melhoria da qualidade de vida das famílias, e a sustentabilidade dos empreendimentos.

Em relação à estrutura que conduz a sistematização do trabalho técnico social, Vasconcelos *et al.* (2014, p. 38) aponta cinco eixos fundamentais: a mobilização e comunicação; a participação comunitária



e o desenvolvimento sócio organizativo; o empreendedorismo; a educação; remoção e reassentamento. Para concretização deste processo, é necessário que haja um quadro técnico à frente das ações, além disso a composição da equipe deve dispor de profissionais especializados na área social, geralmente as profissões que compõem e encaminham o trabalho técnico social são da área do Serviço Social, da Psicologia, da Sociologia, dentre outros.

Em Belém/Pa, no âmbito da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), na execução do trabalho técnico social (e de seus respectivos eixos norteadores), os assistentes sociais encaminham suas ações de acordo com a compreensão/análise das especificidades de cada localidade a qual vão exercer sua função.

Para mais, tais técnicos buscam identificar as problemáticas que afligem os usuários, e, posteriormente, tendem a elaborar, desenvolver e executar programas/projetos que resolvam as demandas apresentadas pela população beneficiária da política.

No que diz respeito ao âmbito socioinstitucional da Secretaria, pode-se caracterizá-lo como um espaço de gestão, planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação da política habitacional. É por meio destas ações que se objetiva diminuir o déficit habitacional e assegurar direitos sociais relacionados ao contexto habitacional à população da Região Metropolitana de Belém.

Em relação a sua estrutura organizacional, a SEHAB dispõe de aproximadamente sete departamentos. Neste artigo o foco de análise foi o Departamento Social (DESO), que possuía quatro técnicos (assistentes sociais) à frente do trabalho técnico social. Este setor tem como normativas/competências:

- 1) Programar, coordenar, executar e controlar as atividades referentes aos estudos e pesquisas socioeconômicas e ao desenvolvimento comunitário [...];
  - 2) Manter articulação com órgãos federais, estaduais e municipais buscando o desenvolvimento de ações conjuntas de programas de desenvolvimento comunitário, bem como, com entidades prestadoras de serviços à população, para mobilização de recursos [...];
  - 3) Programar e coordenar estudos em áreas ocupadas irregularmente, de propriedade do poder público ou de particular, visando sua viabilidade de urbanização e regularização fundiária quando do interesse público [...];
  - 4) Programar, coordenar, executar e avaliar ações de mobilização e organização comunitária [...];
  - 5) Assessorar o (a) Secretário (a) em assuntos relacionados à sua área de competência [...];
  - 6) Encaminhar quadrimestralmente relatórios de atividades e planejamento ao Núcleo Setorial de Planejamento e Acompanhamento [...];
  - 7) Manter sob sua guarda e controle os documentos que concernem à sua área [...];
  - 8) Executar outras atividades correlatas
- (BELÉM, 2004, p. 14-15).

Sendo assim, a partir das competências atribuídas ao trabalho técnico social, é importante frisar que estas devem ser encaminhadas com base em um olhar crítico da equipe técnica perante a realidade social que perpassará pelo processo de intervenção. Tal compreensão crítica permite uma estrutura diferenciada no momento da mediação entre os interesses da população participe dos programas/projetos e da gestão da instituição (neste caso a SEHAB).



É neste contexto de efetivação do trabalho técnico social que se busca compreender o trabalho do assistente social no âmbito da habitação, assim como evidenciar as possibilidades e os desafios da atuação profissional na concessão da referida política no âmbito da Secretaria Municipal de Habitação.

Dessa maneira, a trajetória do trabalho técnico social no campo da habitação possui uma considerável contribuição de profissionais da área do Serviço Social, isto é, produto da colaboração da categoria no processo de planejamento e viabilização da política urbana e habitacional. Assim, cabe evidenciar o trabalho do assistente social no espaço urbano enquanto uma estratégia de instauração e desenvolvimento da política em si e de mediação entre interesses coletivos divergentes.

A intervenção profissional do assistente social deve estar firmada em princípios que possibilitem à classe trabalhadora sua emancipação, o acesso aos seus direitos e o engajamento político por meio do incentivo à participação popular. Se estas prerrogativas forem cumpridas, poder-se-á amenizar um dos objetos centrais de investigação e intervenção profissional – as expressões da “questão social”.

Porém, é diante de um cenário alicerçado na lógica capitalista, concentradora, excludente, que o assistente social se depara com desafios no âmbito de intervenção – em relação a execução do trabalho social, a prática profissional perpassa por contradições, pois, por um lado, vivencia situações de sujeição (já que o Estado é o principal empregador de sua força de trabalho) e, por outro, de autonomia (ao qual se direciona para elaboração de estratégias para mediação das relações estabelecidas entre instituições estatais e população usuária das políticas públicas).

Nesse sentido, a profissão se depara historicamente com uma via de mão dupla, pois ao ter a esfera estatal como principal órgão empregador, em determinados momentos, se vê sujeita a dar retorno aos anseios/perspectivas da instituição contratante. Apesar disso, e dependendo do posicionamento do assistente social que está inserido neste processo, lamamoto (2015) destaca que a categoria pode exercer sua técnica e habilidades a favor de um projeto político alternativo, mas para efetivá-lo, o profissional deve seguir um direcionamento que priorize as necessidades da classe trabalhadora.

Em relação a esta discussão e em detrimento do surgimento de inquietações sobre a mesma, procurou-se compreender a percepção da categoria sobre o trabalho realizado no âmbito da SEHAB. Cabe evidenciar que anterior a esta fase da pesquisa de campo, realizou-se levantamento de bibliografias e de documentos da área para melhor eficácia na elaboração do roteiro de entrevista, e posteriormente para a análise dos dados – sendo assim, dentre as perguntas bases aos assistentes sociais entrevistados, estão: A política habitacional à nível local é implementada na íntegra?; Quais os limites e os desafios dessa atuação?; Quais as possibilidades do trabalho do assistente Social na Política habitacional (e em relação a efetivação/garantia de direitos)? Percebeu-se que esses profissionais, reconhecem a importância de sua

prática, uma vez que se intitulam componentes fundamentais para o encaminhamento dos serviços ofertados.

No entanto, se veem limitados na concessão dos direitos. Esses limites impostos estão intrinsecamente ligados à gestão (que estabelece os parâmetros das ações) e que acabam implicando na implementação da política. A respeito da dificuldade de efetivação da política na íntegra, um dos entrevistados aponta:

Como trabalhamos com gestão, temos que trabalhar como a gestão atual que não está de acordo com o plano de fato. A atuação é limitada, a gente acaba ficando assim, a gente trabalha com as ferramentas que tem, tentando realizar uma pequena mudança para as famílias beneficiadas pelos programas [...] (A.S. 02 da SEHAB).

Em semelhante questionamento, outro profissional se posicionou: “tem a questão da gestão, porque a gente [assistente social] tem uma opinião, mas às vezes ela não é aceita pela gestão” (A.S. 03 da SEHAB). Diante destas argumentações, é possível visualizar que o profissional exerce “sua prática” dentro de uma lógica dominante, marcado por ordens burocráticas do Estado, e que, ao se deparar com tal sujeição, tende a enfrentar entraves na busca por alternativas que superem estes paradigmas, para que de fato haja a efetivação das políticas sociais, e, conseqüentemente, disponha aos cidadãos a garantia de direitos.

A pesquisa buscou ainda investigar de que forma os desafios/limitações se apresentam à profissão, por unanimidade os três profissionais indicaram: a restrição da prática pela gestão, a equipe reduzida, o excesso de trabalho por conta da grande demanda que chega até a Secretaria, precarização das condições de trabalho e a dificuldade de garantir o mínimo da política de habitação de interesse social a nível local.

Diante do posicionamento da categoria, constatou-se que o trabalho do assistente social na SEHAB está inserido em um cenário demarcado pelas estratégias do capital. Por conta disso, perpassa uma fase marcada por desafios que são resultantes de todo um processo que envolve a intromissão do Estado no ordenamento das ações, o “tipo” de vínculo empregatício dos técnicos, neste caso os assistentes sociais (que podem ser contratados de modo temporário ou permanente – este fator influência no fazer profissional), na forma de organização do trabalho no interior da secretaria, e ainda está relacionado a questão da autonomia na execução das atividades em programas/projetos de caráter habitacional.

Outro ponto analisado está relacionado às possibilidades do trabalho do assistente social na política habitacional, ao serem indagados sobre esta condição os técnicos frisaram que no cenário atual elas existem, mas que ainda são poucas e que é preciso buscar alternativas que modifiquem tal situação.

Segundo a categoria, uma das estratégias para se expandir as possibilidades de sua intervenção é dar-lhes condições para efetivação de um trabalho técnico social com qualidade, dentre as solicitações estão: o aumento da equipe, a redução das demandas diárias, a autonomia no processo de trabalho e um aparelhamento (estrutural e financeiro) que viabilizem programas/projetos habitacionais que tenham comprometimento em garantir o acesso das famílias de baixa renda à moradia adequada.

Diante do exposto, observou-se que o trabalho técnico social na área urbana é primordial para o encaminhamento da política habitacional, além disso, é uma prerrogativa obrigatória na condução de programas/projetos no campo da habitação. Ademais, geralmente o direcionamento do trabalho técnico social é realizado por assistentes sociais, tal requisição está relacionada a capacidade que a categoria tem de mediar a relação (os interesses) entre os dois extremos da sociedade.

Cabe evidenciar que o papel do Serviço Social na execução do trabalho técnico social não se restringe somente à mediação de interesses antagônicos, mas engloba um conjunto de ações que perpassam as dimensões que constituem a profissão, e que são refletidas nos espaços de intervenção profissional, no caso da habitação – em programas e projetos de provisão habitacional e de urbanização.

Em entrevista com os técnicos, o A.S 01 reconhece que existem demandas que extrapolam a habitação, pois ela está no alicerce para demandas diversas: “[...] às vezes não é só habitação, já teve outras questões também que a gente tem um conhecimento e a gente consegue ‘tá’ informando ao beneficiário da secretaria” (A.S 01 da SEHAB).

O horizonte do trabalho técnico social é a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a defesa de direitos sociais, o acesso à cidade, à moradia, aos serviços e equipamentos públicos, o incentivo e fortalecimento da participação e organização autônoma da população. O trabalho técnico social deve estar articulado e conectado às diretrizes da política urbana e habitacional (BRASIL, 2010).

Nesse ambiente, o assistente social é um elo entre instituição e o usuário que verifica às suas reais necessidades e dá subsídios à instituição sobre o que ela precisa fazer para cumprir seu papel enquanto responsável pela viabilização de direitos.

Existe uma ideologia – negativa no sentido marxiano do termo – na nomenclatura *técnico* que necessita de discussão. O A.S 02 da SEHAB afirma que, por ser técnico, seu trabalho é apenas “*Técnico*, de analisar demandas que são impostas” (grifo nosso). Reafirmando-se, com isso, a questão do trabalho engessado e a ideologia impregnada nessa nomenclatura “técnico social” que vêm sendo propagada nos processos empregatícios, limitando a atuação profissional em meio a um pensamento conservador.

Esse conservadorismo confronta o discurso progressista nas instituições, pois os profissionais não se reconhecem inseridos em um projeto conservador, no entanto, não se visualiza essa compatibilidade em suas ações, daí discursos sobre a formação acadêmica: “acho que fica muito na matéria dentro da

Universidade, acho que foi só ‘pra’ dizer que colabora com os instrumentais técnicos” ou que “na teoria, a prática é outra” (A.S 01 da SEHAB).

Referente a isso, Santos (2006) ressalta que afirmativas como estas, expressam um processo complexo que é presente no cotidiano profissional, uma vez que o entendimento da relação teoria e prática ainda é um desafio a ser superado tanto no período da formação acadêmica quanto no âmbito do exercício profissional.

Ainda de acordo com Santos (2006), falta à categoria profissional uma maior compreensão ou esclarecimento acerca do referencial teórico marxista. Segundo a autora, a apreensão do método e a utilização crítica dele a partir do olhar sobre a totalidade e suas especificidades são fatores que possibilitam conhecimentos necessários à formação profissional, isto é, não reduz a formação ao conhecimento teórico e nem a prática à instrumentais e técnicas.

Assim, concorda-se com a colocação de que: “[...] garantir a relação teoria e prática atualmente é mais uma questão de qualificação teórico-metodológica, ético-política, de capacitação didático-pedagógica e menos de mudança de currículo [...]” (Santos, 2006, p. 104).

Destarte, infere-se que teoria e prática formam uma unidade, são elementos inseparáveis, que, apesar da construção desta singularidade, há diferenças entre cada uma. Deste modo, a teoria consiste na possibilidade de se obter conhecimento, caminhos e reflexões para a efetivação de uma intervenção eficaz. Mas, para que isso ocorra:

É necessário que a prática aconteça de forma crítica e que o assistente social saiba apropriar-se dos fundamentos teóricos e do verdadeiro significado de instrumentalidade, ou seja, que apreenda que sua intervenção é composta por um conjunto de capacidades constituídas por estratégias, táticas, técnicas, instrumentos e acima de tudo pela articulação e domínio das três dimensões que circundam a profissão (Oliveira; Souza; Santos, 2016, s/p).

É válido ressaltar que o Serviço Social surge num contexto de administração de carências materiais, sendo legitimado pelo capital na qualidade de principal requisitante institucional. Logo, a trajetória da profissão parece demonstrar que sua ação tem se constituído, tendo em vista a constatação de “problemas sociais” em face de atuação do Estado (Iamamoto; Carvalho, 2014), por quem é chamado a intervir e essa atuação requer estratégias e conhecimento universal que se materializa em planejamento.

É importante entender outra questão quanto aos limites e desafios do trabalho técnico social nas instituições, a prática profissional a partir de sua formação profissional e está, segundo Santos (2006, p. 87), deve superar algumas posições, as quais destaca a autora:

1) Existe um legado cultural e intelectual impregnada ao Serviço Social brasileiro de cunho tecnicista que associa a competência técnica a uma competência profissional, privilegiando o operativo; 2) A limitação da ação profissional pelo uso dos instrumentos por consequência da convicção de que o ensino teórico basta, o que remete a inquietação sobre a não redução do ensino à receita do “como fazer”; 3) A defesa de uma unidade entre as três dimensões o que pode descaracterizar e/ou sobrepujar as particularidades de cada dimensão.

A autora declara que o extremismo tanto do “teoricismo” quanto do “tecnicismo” (também assinalados por Iamamoto (2015)), nessas posições, induzem a um pensamento de imediatividade instantânea de teoria para a prática, ao qual o profissional tem a ilusão de automaticamente transformar teoria em prática, não entendendo que essas se dão em forma de relação intrínsecas ao Serviço Social.

Percebeu-se um “bloqueio” dos profissionais em articular a teoria e a prática profissional, não compreendendo a realidade como uma dinâmica que as articulem e as complementem, verificando uma necessária estratégia de curto, médio e longo prazo com ações que os capacitem, que resgatem os conhecimentos adquiridos no âmbito acadêmico, a partir de parcerias com instituições de ensino e pesquisa que priorizem a formação (re)atualização baseada nos instrumentos norteadores da profissão, ancorados em um projeto de formação que enfoque a especialização do trabalho coletivo, que possua uma responsabilidade social.

Sobre isso, discorre o entrevistado A.S 01 da SEHAB, referente aos instrumentais. O profissional destaca que a Disciplina Laboratório de Instrumentos e Técnicas do Serviço Social não alcança a realidade, ao mesmo tempo em que sua fala entra em contradição, pois admite que teve que recorrer aos textos quando inseriu-se no mercado de trabalho.

Todos os instrumentais que nós aprendemos, eu acho que fica muito na matéria dentro da Universidade, acho que foi só ‘pra’ dizer que colabora com os instrumentais técnicos né que a gente tem uma matéria dentro da Universidade né, foi mais ou menos lá [dentro da Universidade], mas aí deu ‘pra’ ler depois um pouquinho a apostila e saber quais os instrumentais que a gente poderia ‘tá’ utilizando dentro da Secretaria, mas é muito atendimento, visitas domiciliares, reunião [...] (A.S 01 da SEHAB).

Nota-se, mais uma vez, a não compreensão de que existe uma relação profunda entre a formação profissional e a atuação profissional, pois é uma relação na qual teoria e prática caminham juntas e entrelaçadas, não é uma “gaveta” onde o profissional, quando precisa, abre e se apossa de um determinado conhecimento para resolver questões em suas intervenções.

Percebe-se, também, nessa contradição no pensamento do profissional relacionada à formação profissional, que o processo de sua formação foi fragmentado (não cabendo aqui minuciar os vários aspectos que isso envolve apenas os rebatimentos em sua atuação, embora importantes). Destarte, esse processo espelha em sua atuação dentro da Secretaria, pois acaba refletindo no compromisso da

profissão com os interesses históricos da massa da classe trabalhadora em seus mais diferentes segmentos.

Sua atuação deve estar em consonância com o projeto profissional descrito no Código de Ética Profissional de 1993, que fortaleça os interesses da classe trabalhadora, instigando sua participação. Sendo assim, o “projeto profissional tem que oferecer respostas concretas, mas não quaisquer respostas, e sim as de cunho democrático, que vise a democratização da vida social, do poder político e econômico, indicando os meios de realizá-las” (Mota, 2014, p. 31).

O A.S 02 resume sua resposta aos instrumentos: “entrevista, relatório social, visita domiciliar” (A.S 02 da SEHAB), afirmando que procura fazer uma análise da realidade, tanto de seu posicionamento como o de outros profissionais. O técnico 03 lista alguns instrumentos e sinaliza para um questionamento importante:

Entrevista social, observação, visitas domiciliares, reuniões, por exemplo, dentro da parte da entrevista social a gente usa a ficha de atendimento individual e os formulários socioeconômicos, tem os relatórios técnicos sociais, sendo que estes foram sistematizados por nós assistentes sociais, para poder fazer um melhor atendimento ao público (A.S 03 da SEHAB).

Ao ser perguntado sobre os instrumentais, o A.S 03 discorre sobre alguns instrumentos utilizados em sua abordagem e atuação e, posteriormente, descreve que, para um melhor atendimento, foi necessário sistematizar os relatórios técnicos sociais. Mais um elemento que confirma os questionamentos acima exposto relacionados às formas diversas de sucateamento da instituição, que tem rebatimentos diretos na atuação profissional, afetando o atendimento ao usuário, quando sistematizam um atendimento, pois o fragmentam.

Com o baixo contingente de profissionais do Serviço Social, que não é compatível com a demanda exorbitante de atendimento, os técnicos acabam por “otimizar” o tempo por meio de estratégia de “sistematização dos relatórios”. O que não percebem é que, como demonstra Santos (2006), na prática profissional do Serviço Social, a teoria (na concepção marxista), permite uma apreensão do objeto de ação, suas contradições e o movimento que ele apresentar.

Para isso, o profissional precisa conhecer a realidade na qual trabalha em sua totalidade, não apenas de forma geral, mas abarcando as particularidades das comunidades e famílias que aparecem na instituição procurando soluções. Ainda sobre os instrumentais e as três dimensões (teórico-metodológico; ético-político; e técnico-operativo), o técnico 01 ressalta:

É bom a gente ‘tá’ estudando bem, tendo essa teoria mais aprofundada da área que a gente ‘tá’ atuando, senão, na hora da prática a gente consegue, começa a ‘te embolar’ um pouquinho e não sabe muito o que tem por trás daquela situação familiar... daquela questão de moradia (A.S 01 da SEHAB).



O entrevistado reconhece a necessidade de se manter atualizado e em constante processo de aprendizagem, bem como os problemas que a falta dessa pode ocasionar na intervenção profissional, mas não consegue responder a pergunta, como os técnicos 02 e 03. Isso retorna a discussão da instrumentalidade, no que se refere ao domínio das três dimensões.

Percebe-se que o técnico 01 não compreende que a questão da instrumentalidade no Serviço Social está ligada a capacidade de reflexão frente às ações que ele próprio executa dentro da Secretaria. Neste ponto não se pode responsabilizar apenas o profissional pela “ausência” de apreensão do conhecimento teórico-prático, pois há todo um processo que compromete sua intervenção, que vai desde as circunstâncias que se deu sua formação e perpassa o âmbito institucional, no sentido de se tornar apenas executor de serviços no qual tem que concretizar os objetivos definidos pela gestão.

No interior desta discussão, cabe evidenciar que o trabalho do assistente social na sociedade capitalista possui em sua trajetória histórica a inserção em setores estatais, atualmente “o setor público é o maior empregador de assistentes sociais, sendo a administração direta a que mais emprega [...]” (Iamamoto, 2015, p. 123).

Quando perguntado sobre a questão dos instrumentais de trabalho, o A.S 01 revela uma visão interessante sobre sua percepção da questão política e como é o seu trato dentro da Secretaria.

As reuniões eu não conto como instrumental, porque as reuniões que eu participo por ser da chefia e as vezes ‘tá’ com o diretor também, então tem uma carga maior, já são reuniões mais políticas, são reuniões de decisões de intervenção ‘né?’, são reuniões assim... com comunidades [...] aqui dentro da secretaria são reuniões de decisão mais administrativas (A.S 01 da SEHAB).

As reuniões administrativas são importantes para a idealização do planejamento, pois é o momento em que a gestão está presente e questões políticas são discutidas. Logo, é um momento muito particular, de “colocar na mesa” questionamentos, dúvidas, buscar respostas para os entraves nas demandas. Não se pode separar as reuniões de participação popular e políticas como dois polos distintos, pois a reunião de cunho político trata de planejamento, de formas de agir, de decisões importantes, e as reuniões de participação popular são atividades políticas.

No que diz respeito a gestão, a atuação profissional tende a ser influenciada diretamente, dependendo das mudanças que ocorrem, especialmente referente às questões partidárias da gestão. Daí provém certo conformismo por parte dos técnicos, que se veem possibilitados ou não, dependendo da gestão, de atuar de forma íntegra. Ainda assim, quando conseguem, muitas das vezes, é de forma minimalista e cada atuação, cada entrega de projeto, é supervalorizada pela equipe.

Mesmo na questão dos projetos a gente consegue escutar e ser escutado [...] então hoje a gente consegue ter voz dentro da secretaria, já diminuiu um pouco, mas já foi melhor, é o que eu falo isso vai de gestão 'pra' gestão 'né?', só que mesmo assim tu não consegue muito, mas o mínimo que tu consegue já colabora bastante [...] (A.S 03 da SEHAB).

Nestes espaços estatais, a integração de profissionais da área do Serviço Social em equipes/chefias de instituições gestoras de políticas públicas culminou em redefinições das estratégias de atendimento às demandas que chegam até o setor social. Tais reconfigurações ocasionaram “efeitos deletérios [...] no campo do emprego e da precarização das relações de trabalho” (Iamamoto, 2015, p. 123).

Assim, problematizando como o Serviço Social assume a efetivação da política habitacional a partir da própria ótica de um técnico que “presencia” a condução da referida política na Secretaria, atentou-se para a fala: “[...] hoje a política é perdida, não vejo o que foi posto há 6, 7, 8 anos atrás, se você for vê esse plano (PMHIS), ele não foi cumprido, não vejo ser aplicado. Não é possível, por causa das iniciativas e interesses dos governantes” (A.S 02 da SEHAB).

No discurso do entrevistado, verificou-se a fragilidade que a equipe técnica tem em definir a partir de parâmetros concretos como está caracterizada a implementação e funcionalidade da política habitacional na atualidade.

É interessante evidenciar o ponto ao qual o técnico 02 se remete a não efetivação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), pois este trecho do discurso resultou em longas reflexões, dentre elas, a análise sobre este instrumento norteador de tomada de decisões, que é base para o planejamento, gestão, acompanhamento e viabilização de melhores condições de habitabilidade no território belenense, sendo este imprescindível para o desenvolvimento da política. Referente ao PMHIS, este tem como principal objetivo:

Construir de forma participativa as ações do setor habitacional no município para 2012-2033, com avaliação de quatro em quatro anos e revisão geral em 10 anos de modo a indicar as ações necessárias para a viabilização da Política de Habitação de Interesse Social adequadas às necessidades da população do município (BELÉM, 2012, p. 68).

A partir do estudo sobre as diretrizes do PMHIS e da análise das falas do A.S 02 e A.S 03 constatou-se que de fato a política e o plano não têm sido implementados conforme os parâmetros estabelecidos para o encaminhamento dos mesmos. Pode-se induzir que tal ocorrência é proveniente da “falta de vontade de ‘arregaçar as mangas’ por parte do poder público, pois eles criam [...] e elas não saem do papel e fica por isso mesmo [...]” (A.S 02 da SEHAB).

Em relação a intervenção estatal no espaço urbano e no encaminhamento das políticas, sabe-se que ele age, prioritariamente, visando os interesses do capital, porém, suas ações também são direcionadas para atendimento das necessidades da população usuária da política, claro, é importante



frisar, que a resolução das demandas apresentadas pela classe trabalhadora tem um grau menor de prioridade, mas ainda sim existem possibilidades de atendimento. Aplicável a esta discussão, pode-se compreender que:

A dinâmica do funcionamento do estado capitalista, a existência de contradições, assim configuradas: a máquina estatal serve amplamente aos interesses da classe dominante, mas a sua própria universalização exige que ele dê atenção à sociedade como um todo. Assim, da mesma forma que ele ajuda a explorar os trabalhadores, tem de atender as suas reivindicações (Pereira, 2011, p. 123).

Desse modo, entre um e outro extremo, encontra-se o assistente social com o desafio de viabilizar sua intervenção a partir de uma perspectiva que atenda aos interesses e necessidades de ambos os seguimentos sociais. Assim, os profissionais são orientados pelos órgãos gestores da política à mediar os conflitos sociais, as exigências feitas são inúmeras, dentre elas:

[...] as requisições ao trabalho do/a assistente social, nesse campo socioinstitucional, são majoritariamente definidas pelo Estado ou pelo mercado privado, por outro lado, o trabalho profissional recebe cotidianamente as pressões coletivas e individuais das famílias trabalhadoras pobres urbanas, beneficiárias da política urbana. Os conflitos e problemas, decorrentes das formas (e ausência) de planejamento da política urbana e da reprodução desigual do espaço, eclodem sobre o trabalho do/a assistente social na forma de demandas reprimidas, ausência de serviços e violação de direitos [...] (CFESS, 2016, p. 44).

No processo de mediação de interesses dos dois lados, vê-se um profissional refém da gestão e de suas normas burocráticas, um técnico engessado que atua com receio de sofrer represálias, já que assumir um cargo temporário e continuar no “emprego” depende de seu posicionamento partidário em relação a gestão da Secretaria (com exceção dos técnicos concursados).

No que diz respeito ao direcionamento profissional do técnico, aponta-se que o assistente social enfrenta situações complexas no decorrer do seu agir profissional, por exemplo, no âmbito da concessão de políticas públicas perpassa a sujeição da contratação temporária que implica na instabilidade do seu cargo, e que, conseqüentemente, compromete o andamento de suas atividades enquanto técnico social, além disso encontra-se subordinado aos princípios da instituição. “Hoje é equipe reduzida, não sei se é uma, se essa equipe reduzida é uma ideologia da gestão, ou se isso é uma coisa financeira da prefeitura... se não tem como contratar... se não tem como chamar outros técnicos” (A.S 01 da SEHAB).

Assim, a subordinação do Serviço Social, atrelada a complexa dinâmica do capital (por intermédio das instituições), tem rebatimentos no direcionamento da prática profissional. Estas situações apresentadas recaem na discussão sobre perda da autonomia, vê-se/visualiza-se profissionais passivos, pois percebe-se que as determinações da Secretaria incidem no exercício profissional, e muitas vezes

desviam a conduta das ações que são ou que pelo menos poderiam ser executadas a partir de competências que são de responsabilidade do assistente social.

Ao indagar sobre a opinião dos profissionais acerca das possibilidades do trabalho do assistente social na referida política, os técnicos se posicionaram da seguinte forma:

[...] 'pro' assistente social, não sei se a gente teve tanto ganho não, a equipe reduziu [...] eu entrei, tinha trinta técnicos [...] nós tínhamos além dos técnicos, estagiários de todas as áreas [...] hoje não, a gente tem quatro (técnicos) [...] dois trabalham pela parte da tarde [...] pela parte da manhã [...] são só chefias [...] hoje a gente 'tá' fazendo tudo [...] elaborar, executar, planejar, coordenar, então é complicado [...] (A.S 01 da SEHAB).

Tentar garantir o mínimo da política de habitação [...] hoje trabalhamos [...] com [...] o Minha Casa, Minha Vida e o Cheque Moradia, mas o plano não é só isso, depende do gestor. Alguns itens que estão no plano não estão sendo efetivados, trabalhamos como o gestor quer e não como queremos (A.S 02 da SEHAB).

Acesso à moradia através dos programas, a gente também dá o encaminhamento e articula com outras redes [...] já encaminhei um usuário para [...] aposentadoria, é uma área que não atuo dentro da habitação, mas conforme as redes de comunicação com outros assistentes sociais a gente tem acesso (A.S 03 da SEHAB).

A partir das falas dos profissionais, pode-se verificar que o A.S 03 é o único que visualiza possibilidades na atuação profissional. Ele afirma que ao direcionar suas atividades a partir do favorecimento do usuário à moradia por meio de programas, acaba atingindo o objetivo do trabalho social, que é exercido na perspectiva de garantir o acesso ao direito da moradia digna.

Outro ponto relevante na fala deste técnico é a questão da articulação com outras redes de serviços. Segundo ele, o encadeamento/parceria e, portanto, a colaboração de outras instituições que contemplam/em demandas advindas da Secretaria são primordiais para o encaminhamento do trabalho técnico social, pois as demandas que não podem ser resolvidas pela SEHAB, são encaminhadas para outros órgãos, como: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), dentre outros.

Sendo assim, referente ao olhar do profissional sobre as possibilidades, averigua-se uma prática tangida por inumeráveis questões que perpassam desde os anseios em resolver as problemáticas, percorre a capacidade de apreender criticamente os elementos indispensáveis para tal resolução e chega/alcança o desafio de procurar recursos/meios que encaminhem o seu fazer profissional.

Em semelhante questionamento (sobre as possibilidades), os técnicos 01 e 02 conduziram suas respostas para um discurso que logo aponta os empecilhos existentes no cotidiano profissional, além disso reforçou-se o não cumprimento do PMHIS. Tais colocações demonstraram os constantes desafios que se apresentam no cotidiano profissional dos assistentes sociais no interior da SEHAB.

Atrelando estas colocações ao questionamento seguinte, que interroga sobre os entraves e desafios da sua atuação profissional, obteve-se: “Hoje é equipe reduzida, não sei se essa equipe reduzida é uma ideologia da gestão, ou se isso é uma coisa financeira da prefeitura, se não tem como contratar, se não tem como chamar outros técnicos” (A.S 01 da SEHAB). “Como trabalhamos com gestão, temos que trabalhar com a gestão atual [...] não de acordo com o plano de fato. A atuação é limitada [...] a gente trabalha com as ferramentas que tem [...]” (A.S 02 da SEHAB). Além disso, a A.S 03 relata que:

As dificuldades são: a falta de logística para execução de uma visita domiciliar (ausência de carro), às vezes não tem material de trabalho na própria instituição. Tem a questão da gestão, porque a gente tem uma opinião, mas as vezes ela não é aceita [...] (A.S 03 da SEHAB).

Acredita-se que para se refletir e debater sobre os entraves que permeiam a profissão é necessário compreender a estrutura conjuntural ao qual o Serviço Social está inserido, bem como seus dilemas na contemporaneidade, de acordo com Iamamoto (2015, p. 231), “estes novos tempos reafirmam [...] o agravamento das múltiplas expressões da questão social”.

Assim, é perceptível nas falas dos técnicos que “nestes novos tempos” há inúmeros desafios que envolvem seu processo de trabalho, e que merecem uma discussão cuidadosa. No âmbito urbano, a busca por garantia das necessidades básicas, destacando-se a moradia, é penetrada por incessantes lutas, que são estabelecidas em diferentes formas e contextos que vão desde as lutas e resistências das famílias que pelem por uma habitação digna, e perpassam o campo prático do assistente social que se defronta com “situações [...] carregadas tanto de dimensões universais quanto particulares [...] que se transmutam as demandas sociais e profissionais” (Iamamoto, 2015, p. 233).

Quanto aos desafios que permeiam o mundo do trabalho dos entrevistados, estes por unanimidade apontam: a equipe reduzida, a não estabilidade no “emprego”, a restrição da gestão, o excesso de trabalho por conta das elevadas demandas, a falta de logística para execução do trabalho técnico social, como entraves visíveis no espaço institucional que refletem negativamente no seu agir profissional.

Na maioria das vezes, os técnicos conseguem direcionar as atividades que lhe são requisitadas, mas em alguns momentos a operacionalização é interrompida pela ausência de aparelhamento institucional e/ou pelas circunstâncias de precarização advindas do não repasse ou ausência de verbas para concretização de um trabalho técnico social eficaz.

Desse modo, resolveu-se elencar cada entrave apresentado pelos entrevistados durante a pesquisa a fim de detalhar como eles se caracterizam no cotidiano técnico, por unanimidade os três profissionais indicaram: a restrição da prática pela gestão, a equipe reduzida, o excesso de trabalho por

conta da grande demanda que chega até a Secretaria, precarização das condições de trabalho e a dificuldade de garantir o mínimo da política de habitação de interesse social a nível local.

Diante do posicionamento da categoria, constata-se que o trabalho do assistente social na SEHAB está inserido em um cenário demarcado pelas estratégias do capital, por conta disso, perpassa uma fase marcada por desafios que são resultantes de todo um processo que envolve a intromissão do Estado no ordenamento das ações, o “tipo” de vínculo empregatício dos técnicos, neste caso os assistentes sociais (que podem ser contratados de modo temporário ou permanente – este fator influencia no fazer profissional), na forma de organização do trabalho no interior da secretaria, e ainda está relacionado a questão da autonomia na execução das atividades em programas/projetos de caráter habitacional.

A partir da análise das entrevistas e da observação, conclui-se que o trabalho do assistente social é marcado por inúmeros desafios na busca incessante pela efetivação de direitos no campo habitacional. Para mais, o Serviço Social vem sofrendo com “inquietações” em seu cotidiano profissional que são resquícios do processo de reestruturação produtiva que culminou em uma nova configuração e organização do trabalho.

Partindo disso, a pesquisa evidenciou que os assistentes sociais no interior da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) presenciam uma série de implicações no contexto institucional, que precisam ser superadas a partir de estratégias que concedam possibilidades para uma prática profissional mais satisfatória/eficaz e para implementação de políticas públicas que de fato concretize os direitos dos cidadãos, que garantam benefícios a eles, e que a categoria profissional converta o olhar para ela própria, visando buscar fatores de enfrentamento para os entraves que permeiam sua atuação.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação possibilitou uma considerável reflexão sobre o contexto de desenvolvimento do trabalho técnico social, permitindo assim analisar o processo de trabalho do assistente social na área urbana/habitacional. Deste modo, constata-se que o Serviço Social enquanto profissão está firmada em uma conjuntura de contradições sustentadas pelo capital.

Ao analisar as entrevistas, conclui-se que o exercício profissional no campo habitacional vem sofrendo rebatimentos provocados pela reestruturação no âmbito do trabalho, dentre tais efeitos está sua inserção em um contexto paradoxal, ao qual, de um lado, efetiva seu fazer profissional conforme os interesses do órgão empregador, e, por outro lado, dispõe-se em atender as demandas dos cidadãos de acordo com valores e princípios éticos que norteiam a profissão.

Assim, ficou evidente que os assistentes sociais no interior da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) enfrentam constantes desafios no cotidiano profissional. Isto decorre de uma série de



implicações presentes no contexto da secretaria, que precisam ser superadas a partir de estratégias que concedam possibilidades para uma prática profissional mais satisfatória/eficaz e para implementação de políticas públicas por meio de programas e/ou projetos que abranjam os direitos dos cidadãos e garantam benefícios a eles (neste caso, população beneficiária).

Nesse sentido, por meio da pesquisa foi possível concluir que é necessário debater junto à categoria fatores de enfrentamento/resistência aos desafios postos à profissão na contemporaneidade, assim como, discutir a primordialidade do papel do assistente social no desenvolvimento do trabalho técnico social. Para mais, é preciso construir caminhos que estabeleçam novas perspectivas de trabalho ao assistente social e a formulação de programas e/ou projetos habitacionais de acordo com as demandas dos usuários, isto é, com eles e para eles.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELÉM, Prefeitura Municipal de. **Decreto nº 45.673/2004 - PMB** (Regimento Interno da Secretaria Municipal de Habitação). Belém, 2004.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Belém**. Secretaria Municipal de Habitação/ Instituto Amazônico de Planejamento e Gestão Urbana e Ambiental. Belém, 2012.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. **Projeto de Trabalho Técnico Social – Portal da Amazônia/Orla Sub-Bacia 01/ Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Secretaria Municipal de Habitação. Belém, 2007.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. **Relatório de Desenvolvimento da Política Habitacional do Município de Belém**. Acervo da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). Belém, 2003.

BONDUKI, Nabil G. **Origens da Habitação Social no Brasil**. Arquitetura Moderna, Lei de inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, FADESP, 1998.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Curso à Distância Trabalho Social em Habitação**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades / Aliança de cidades / PAZ, R. D. O.; TABOADA, K. J. (org.) **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. 2. ed. Brasília, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atuação de Assistentes Sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão**. Brasília: CFESS, 2016.

CORRÊA, Antônio José Lamarão. **O Espaço das Ilusões: planos compreensivos do planejamento urbano da região metropolitana de Belém**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 1989.



CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas: segregação social e moradia em Belém e Manaus.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela.** Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia.** São Paulo: Boitempo, 2015.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos *et al.* O Trabalho Social e a Política Habitacional. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 13 (2): 175-190, jul.- dez./2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo, Cortez, 2014.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/06.pdf>. Acesso em março de 2017.

OLIVEIRA, Simone S. de; SOUZA, Rafaela Diniz; SANTOS, Ethiene. Formação e intervenção profissional do assistente social na contemporaneidade: reflexões sobre instrumentalidade e identidade. In: **Anais do Seminário Nacional Serviço Social e Pesquisa Social na Amazônia: desafiando os limites.** Belém: UFPA, 2016. Disponível em: [http://docs.wixstatic.com/ugd/cfd7d7\\_578c20556e174bef8dd11781d72e2010.pdf](http://docs.wixstatic.com/ugd/cfd7d7_578c20556e174bef8dd11781d72e2010.pdf)

PEREIRA, Potyara. A. P. **Política Social: temas & questões.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PORTELA, Roselene de Souza. **Políticas Habitacionais em Cidades Amazônicas: Belém e São Luís na perspectiva comparativa.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção Profissional do Assistente Social e as Condições de Trabalho no SUAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 104, p. 750–772, São Paulo: Cortez, 2010.

SANTANA, Joana Valente. **Gestão de Cidades no Brasil: estratégias e orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento.** Campinas, SP: Papel Social, 2013.

SANTOS, Cláudia Mônica. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Serviço Social/Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2006.



SILVA, Marlon Lima da. **Habitação produzindo espaço urbano na reprodução de conjuntos habitacionais:** experiências e tendências na Região Metropolitana de Belém. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SILVEIRA, L. R. **Cidade, corporação e periferia urbana:** acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SOUZA, Denise Gentil Ponte. **Intervenção Estatal no Município:** o caso de Belém na década de 80. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 1992.

VASCONCELOS, Eliza Maria Almeida *et al.* **Política de Habitação de Interesse Social:** projeto técnico-social. Belém: ICSA/UFPA, 2014.

#### Sobre os autores:

##### **Roselene de Souza Portela**

Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Docente da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA). Integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA). Coordenadora do Projeto de Pesquisa “Produção habitacional e Serviço Social: particularidades e singularidades entre as regiões Norte e Nordeste do Brasil”. Linha de Pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais na Amazônia. Universidade Federal do Pará, Rua Augusto Corrêa, s/n, Bairro do Guamá, Cidade Belém (PA), CEP: 66.075-900. Telefone: (91)99115-3044. E-mail: [roselene@ufpa.br](mailto:roselene@ufpa.br).

Universidade Federal do Pará

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6438556520914699> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3339-3528>

E-mail: [roselene@ufpa.br](mailto:roselene@ufpa.br)

##### **Alyne Lima da Silva**

Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA) - bolsista CAPES. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA). Participou do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia/PROCAD-AM, edital nº 21/2018 no segundo semestre de 2019 e voluntária do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU/UFPA). Linha de Pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais na Amazônia. Universidade Federal do Pará, Rua Augusto Corrêa, s/n, Bairro do Guamá, Cidade Belém (PA), CEP: 66.075-900. Telefone: (91)98243-7263. E-mail: [alyneufpa@gmail.com](mailto:alyneufpa@gmail.com).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1728631073518091> ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0388-7294>

E-mail: [alyneufpa@gmail.com](mailto:alyneufpa@gmail.com)

##### **Ethiene da Purificação dos Anjos Santos**

Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Assistente Social formada pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). Professora Substituta na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). Colaboradora no Grupo de Pesquisa Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS/UFPA). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Avenida Marechal Rondon, nº 381, Bairro de São Francisco Xavier, Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20.950-000. Telefone: (91)98080-3581. E-mail: [ethiene.epas@gmail.com](mailto:ethiene.epas@gmail.com).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4828043964482976> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8495-1270>

E-mail: [ethiene.epas@gmail.com](mailto:ethiene.epas@gmail.com)

